



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE
DEFESA CIVIL E REVOGA A LEI MUNICIPAL N.º
3.677, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Defesa Civil – SMDC é o órgão da administração direta do Município de Montes Claros com a finalidade de planejar, coordenar e executar as ações de proteção e defesa civil no âmbito municipal.

Art. 2º. Aplicam-se para esta Lei as seguintes definições:

I – Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II – Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III – Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada;

IV – Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Defesa Civil do Município de Montes Claros é um órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, competindo-lhe desenvolver as atribuições dispostas no artigo 23, da Lei Complementar Municipal n.º 128, de 2024.

Art. 4º. A SMDC manterá estreito intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos e cooperação para a realização das ações e operações relativas à defesa civil.

Parágrafo Único. A SMDC poderá solicitar informações e apoio, técnico e logístico, das demais Secretarias e órgãos municipais, da administração

direta e indireta, para as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres.

Art. 5º. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único. A colaboração referida no *caput*, deste artigo, será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 6º. Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa Civil, órgão colegiado e de caráter deliberativo, no âmbito de sua competência legal, de fiscalização e consultivo nos demais casos.

Art. 7º. Ao Conselho Municipal de Defesa Civil compete:

- I – aprovar políticas municipais de Defesa Civil;
- II – contribuir na formulação de políticas públicas de prevenção e resposta a desastres;
- III – sugerir diretrizes para ações preventivas e emergenciais no município;
- IV – estimular a participação da comunidade na redução de riscos de desastres;
- V – promover campanhas educativas e treinamentos sobre prevenção e resposta a emergências;
- VI – sugerir a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 8. O Conselho Municipal de Defesa Civil terá a seguinte composição:

- I – o Secretário Municipal de Defesa Civil, que será o Presidente do Conselho;
- II – dois representantes da Secretaria Municipal de Defesa Civil;
- III – um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano;
- IV – um representante da Secretaria Municipal de Ambiente, Bem Estar-Animal e Sustentabilidade;
- V – um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- VI – um representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
- VII – um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural;
- VIII – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IX – um representante da Secretaria Municipal de Segurança Integrada;
- X – um representante da Unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.
- XI – um representante da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Agente Regional de Proteção e Defesa Civil);
- XII – um representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

Art. 9º. A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil não

será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 10. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC, vinculado à Secretaria Municipal de Defesa Civil, com a finalidade de financiar e apoiar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres no município de Montes Claros.

Art. 11. O FMDC poderá ser constituído pelos seguintes recursos:

I – as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais;

II – transferências de recursos estaduais e federais destinadas à Defesa Civil;

III – receitas oriundas de convênios ou termos de cooperação celebrados entre o Município e entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

IV – doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacional ou estrangeira;

V – recursos provenientes de multas ambientais e urbanísticas, conforme regulamentação municipal;

VI – juros e rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do fundo;

VII – recursos oriundos de acordos judiciais ou Termos de Ajustamento de Conduta – TAC;

VIII – emendas parlamentares;

IX – outros recursos destinados por legislação específica.

Art. 12. Os recursos do FMDC, serão destinados a:

I – obras e serviços de prevenção e redução de riscos em áreas vulneráveis;

II – ações emergenciais para socorro e assistência à população afetada por desastres;

III – aquisição de equipamentos e materiais para a Defesa Civil;

IV – treinamento e capacitação da equipe e da comunidade;

V – campanhas educativas sobre prevenção de desastres;

VI – reparação e reconstrução de áreas atingidas por desastres;

VII – desenvolvimento e manutenção de sistemas de monitoramento e alerta;

VIII – estudos e pesquisas voltados à redução de riscos e ao gerenciamento de emergências.

Art. 13. O FMDC será gerido pelo Secretário Municipal de Defesa Civil, que será acompanhado por um Conselho Gestor, com a seguinte composição:

I – o Secretário Municipal de Defesa Civil, que será o Presidente do Conselho;

II – um representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil;

III – um representante da Secretaria Municipal de Finanças;

IV – um representante da Procuradoria-Geral do Município;

V – um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano.

§1º. O Conselho Gestor terá competência para sugerir as prioridades de aplicação dos recursos do fundo, elaborar planos anuais de gastos e garantir a transparência da gestão do fundo.

§2º. Os membros titulares e suplentes serão indicados pelos

titulares dos respectivos Órgãos e serão designados por ato do Prefeito Municipal.

§3º. O exercício da função de conselheiro será considerado de relevante interesse público, não sendo remunerado.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Defesa Civil prestará contas da aplicação dos recursos do FMDC, trimestralmente, ao Conselho Gestor e ao Município.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 3.677, de 21 de novembro de 2006.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 29 de setembro de 2025.

Guilherme Augusto Guimarães Oliveira
Prefeito de Montes Claros



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 29 de setembro de 2025

Exmo. Sr.
Vereador Martins Lima Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros
Ofício nº GP-_____/2025
Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E REVOGA A LEI MUNICIPAL N.º 3.677, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006**

Trata-se de Projeto de Lei que visa regulamentar o sistema municipal de Defesa Civil, responsável por coordenar as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação das comunidades e ou áreas atingidas por desastres, no âmbito do município.

No âmbito do Município o sistema municipal de Defesa Civil será composto pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, que terão o suporte do Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC, a ser administrado pelo seu Conselho Gestor.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Guilherme Augusto Guimarães Oliveira
Prefeito de Montes Claros